EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE URANDI – BA: TECENDO PRÁTICAS INTERSETORIAIS E ARTICULAÇÕES EM REDE NA ESCOLA PÚBLICA

Simone Silva Ferreira Costa

Universidade Estadual da Bahia, Guanambi, BA, Brasil

coordenacaoestacoesdosaber@gmail.com

Edson Santos

Secretaria Municipal de Educação, Urandi-BA, Brasil

Edsonsantos639@gmail.com

EIXO 2: POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E DE CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO BÁSICA E NO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA

Resumo

Este relato de experiências inspiradoras foi construído a partir das vivências e do compromisso com a implantação e implementação de uma educação pública integral, humanizadora, emancipatória e, sobretudo, democrática no município de Urandi – BA. A proposta aqui apresentada é fruto de muitos encontros, escutas, pactos e reinvenções feitas com os pés no chão da escola e os olhos voltados para o território. O objetivo deste trabalho é compartilhar as práticas intersetoriais tecidas na rede municipal de ensino, por meio da implementação da política de educação integral em tempo integral. O documento foi organizado a partir da nossa trajetória percorrida enquanto equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação: contextualizamos a política nacional e local, apresentamos o espaço formativo do Centro de Educação, Arte e Cultura CEAC como marco simbólico e concreto dessa mudança, consideramos as experiências vividas nas articulações com as pastas das secretarias de saúde, assistência social, cultura e esporte e concluímos com ponderações que continuam em movimento. Mais que um relato, este é um depoimento de que, quando diferentes setores da sociedade se unem em torno do direito à educação, a escola pública se torna um território de acolhida, pertencimento e esperança. Afinal, “Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública” (Teixeira, 1936).

Palavras-chave: educação integral; intersetorialidade; escola pública; territórios; Urandi.

1 Introdução

A implementação da Política Nacional da Educação Integral em Tempo Integral no Brasil tem se materializado como uma estratégia fundamental para garantir o direito à aprendizagem e à formação integral dos/das estudantes, especialmente, nas redes públicas municipais. Essa concepção de ensino não se restringe à ampliação da jornada escolar, mas envolve uma compreensão ampliada de educação, que articula saberes, territórios, políticas públicas e projetos de vida. Nesse contexto, destaca-se a experiência da Rede Municipal de Urandi, localizada na região sudoeste do estado da Bahia.

De acordo com o último Censo do IBGE (2022), o município de Urandi possui uma população de 15.355 (quinze mil, trezentos e cinquenta e cinco) habitantes. A rede municipal de ensino conta com dezessete unidades escolares, incluindo duas creches, e amplia, progressivamente, a oferta da educação em tempo integral como política educacional estruturante.

Em 2022, o município passou a atender o Ensino Fundamental – Anos Finais por meio do Decreto nº 065, de 17 de outubro de 2022, que instituiu a Política de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito do Ensino Fundamental. Cabe destacar que, na época, o Ensino Médio — sob responsabilidade da rede estadual — já ofertava essa modalidade. Em continuidade ao processo de institucionalização, foi sancionada a Lei Municipal nº 358, de 28 de setembro de 2023, que formalizou a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, reafirmando o compromisso com a equidade, a qualidade social da educação e a formação cidadã.

No ano seguinte, em 2024, a política foi ampliada para mais uma instituição de Educação Infantil: a Escola Lápis de Cor, que passou a atender cerca de 200 crianças da pré-escola em tempo integral. Atualmente, a rede municipal contabiliza mais de 1.000 matrículas sob a perspectiva da educação integral em tempo integral, contemplando todas as creches, toda a Educação Infantil, uma escola do campo com Ensino Fundamental – Anos Iniciais e uma

escola da sede com Ensino Fundamental – Anos Finais. A meta é que, gradualmente, todas as unidades escolares da rede municipal adotem essa proposta pedagógica, garantindo que 100% das escolas funcionem em tempo integral, articuladas às demais políticas públicas do território.

Assim, o presente relato tem como objetivo a análise das práticas intersetoriais e os processos de articulação em rede que são desenvolvidos na implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral em Urandi-BA, na intenção de compreender seus avanços, desafios e contribuições para a efetivação de uma educação pública democrática e integradora. Como defende Moll (2012), "a educação integral é aquela que busca promover o desenvolvimento pleno do sujeito, em suas múltiplas dimensões — intelectual, física, emocional, social, cultural e ética — considerando o território como espaço educativo e a ampliação dos tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem". Compreendemos que a educação integral exige um comprometimento com vários sujeitos, como: comunidade, família, professores/as, educadores/as e todos os que lutam por um território constituído por um coletivo de pessoas no mesmo propósito: a educação humanizadora.

2 Caracterização do espaço formativo

A construção da Educação Integral em Tempo Integral em Urandi – BA constitui-se como uma experiência singular de resistência e inovação pedagógica. Para que essa política educacional se efetivasse, foi necessário o envolvimento ativo de todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar: gestores/as, professores/as, estudantes, famílias e demais profissionais da educação. A ampliação do tempo escolar, articulada à ocupação qualificada dos espaços e tempos pedagógicos — dentro e fora da escola — tem promovido não apenas a ampliação das oportunidades educativas, mas também a ressignificação do papel da escola pública no território.

Contudo, a implementação dessa proposta trouxe consigo mudanças profundas na dinâmica cotidiana de todos os envolvidos. Reorganizar horários, redimensionar práticas, reestruturar currículos e reconstruir vínculos exigiu (e ainda exige) diálogo, escuta e compromisso coletivo. Portanto, compreendeu-se desde o início que a escola, isoladamente,

não teria condições de sustentar tamanha transformação. Essa percepção foi norteadora da política municipal, que passou a valorizar a articulação intersetorial e a formação de redes colaborativas como estratégias centrais para a consolidação da educação integral.

O marco dessa transformação ocorreu no ano de 2022, com a implementação da educação integral em tempo integral no então Colégio Luís Eduardo Magalhães, posteriormente, renomeado como Centro de Educação Arte e Cultura (CEAC), unidade que atende ao Ensino Fundamental – Anos Finais e contava, naquele momento, com cerca de 620 estudantes — número que permanece até os dias atuais.

À época, a escola enfrentava um cenário de grande vulnerabilidade institucional e relacional: era percebida como um espaço hostil, conflituoso, indisciplinado e sem sentido para seus frequentadores. Havia um sentimento coletivo de angústia e desânimo entre professores/as, estudantes e famílias. Diante desse contexto, surgiram inúmeras propostas de intervenção, entre elas a militarização da gestão escolar — prática cada vez mais comum em algumas redes públicas como resposta à crise da autoridade pedagógica e à violência simbólica nas escolas.

Entretanto, a gestão municipal de Urandi optou por um caminho oposto. Recusando o modelo de disciplina verticalizada, militarizada e punitivista, decidiu apostar em um projeto pedagógico baseado na acolhida, na escuta ativa, na ampliação das experiências formativas e na valorização dos sujeitos. Essa escolha foi materializada na implementação da Educação Integral em Tempo Integral como ferramenta de transformação, e não de controle. A escola deixou de ser vista apenas como local de instrução para se tornar um espaço de pertencimento, criação e reconstrução de trajetórias.

Essa aposta exigiu investimentos em infraestrutura, reorganização curricular, formação continuada para os profissionais da educação, pactuação com as famílias e articulação com outras políticas públicas — como assistência social, saúde, cultura e esporte. A educação passou a ser compreendida como responsabilidade coletiva e a escola como um elo entre diferentes políticas sociais.

Para o educador Paulo Freire, o diálogo ocupa na prática pedagógica a distinção entre uma educação bancária e uma educação libertadora, base que fundamenta a proposta de uma educação humanística e emancipatória. Nesse sentido, a organização do trabalho pedagógico deve ser resultado de um amplo e permanente diálogo entre equipe gestora, equipe docente, coordenação pedagógica, equipe administrativa, merendeiras e todo o pessoal de apoio em articulação com as famílias (Freire, 2021).

A experiência do CEAC, portanto, simboliza a força da escolha por uma escola pública que acolhe ao invés de punir, que escuta ao invés de silenciar, que forma em vez de padronizar. Urandi tornou-se um exemplo de que a educação integral, quando construída com base na escuta e na participação, pode ser caminho para a reconstrução de vínculos, o fortalecimento da comunidade e a valorização da vida em sua pluralidade.

3 Descrição e análise da experiência

Para que essa política se transformasse em ação concreta, definimos os seguintes passos estratégicos:

1. Levantamento de custos e impactos financeiros, pois a ampliação dos espaços era uma questão de urgência, além da manutenção para atendimento a todos os estudantes – assegurar os investimentos passou por uma decisão e vontade política;

2. Mapeamento e articulação com outros setores para a implementação da política e daí a participação efetiva da Secretaria de Ação Social, Conselho Tutelar, Secretaria de Cultura, Departamento de Esporte e Secretaria de Saúde, além de parcerias como Comitê Territorial Baiano de Educação Integral, Observatório Nacional de Educação Integral e a Secretaria de Educação do Estado.

3. Formação Continuada e permanente da Equipe Técnica da Secretaria de Educação, gestores/as, coordenadores/as pedagógicos/as, professores/as, merendeiras e demais funcionários/as.

4. Ampliação de espaços de diálogo com a família – é fundamental o apoio, entendimento e acompanhamento dos pais e/ou responsáveis na escola.

Diante disso, compreendemos que a intersetorialidade e a articulação em rede não correspondem a uma ação isolada; é uma concepção de educação que a escola precisa ter muito bem desenvolvida, pois são imensos os desafios e enfrentamentos socioeconômicos, culturais, emocionais e históricos que impactam a vida cotidiana da escola. Desenvolver essa concepção passa por diversas desconstruções, pois ter a participação de diversos na escola não é uma tarefa fácil. Todavia, estamos nesse processo e reconhecendo a cada dia como isso é importante. Mas como a intersetorialidade se materializa em nossa experiência?

Nas disciplinas ou componentes curriculares que passaram a integrar o currículo escolar, contamos com profissionais que atuam na assistência social – o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) – sistema público brasileiro que visa garantir direitos sociais às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade. No caso de Urandi, o atendimento é direcionado às crianças e estudantes nas escolas. São profissionais preparados e acompanhados pela Secretaria de Ação Social para atuarem junto à política de educação integral. Esses profissionais desenvolvem atividades de dança, capoeira, jogos e diversas ações voltadas à cultura corporal, principalmente, nas instituições de educação infantil. O planejamento é articulado entre a Coordenação da Assistência Social e da Educação.

Outra ação importante entre a Secretaria de Assistência Social e a Educação refere-se ao Projeto Avança Urandi, criado pela prefeitura para desenvolver ações voltadas à qualificação profissional. No âmbito do projeto, é desenvolvido o curso de corte e costura para mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Nessa atividade, são produzidos uniformes para os estudantes, incluindo roupas para balé, capoeira, jiu-jitsu, entre outros.

Ademais, a Diretoria de Esporte tem papel fundamental na política de educação integral nos Anos Iniciais e Finais. Os profissionais são contratados pela Secretaria de Esporte e, originalmente, o projeto visa promover atividades esportivas diversificadas às crianças, adolescentes e jovens de forma aleatória no município. Ao serem convidados para discutir a

proposta da educação integral em tempo integral, esses profissionais, por meio de sua diretoria e coordenação, passaram a atuar nas escolas, com planejamento coletivo articulado entre Diretoria de Esporte e Educação.

Outrossim, a Secretaria de Saúde tem atuação de grande relevância na escola, pois em caso de atendimento médico para qualquer estudante ou profissional da educação nos postos e no hospital, esse coletivo tem atendimento prioritário. Nas escolas, a secretaria atua por meio do Programa Saúde na Escola, que orienta cuidados com a saúde bucal, hábitos alimentares, entre outros.

De acordo com o Centro de Referências em Educação Integral (2022), a ampliação do tempo escolar só contribui efetivamente para o desenvolvimento dos estudantes quando articulada a uma proposta pedagógica que integre cultura, território e diversidade. Mais tempo na escola para quê? Essa é a pergunta que provocamos, constantemente, para estudantes, professores e familiares. Muitos são os diálogos e encontros formativos que abordam essa questão. Sua importância reside no fato de que a concepção de formação humana e de uma escola que acolhe junto a um currículo integrado.

A compreensão de uma política educacional intersetorial converge para maior articulação entre a escola, a comunidade e seu território de modo geral. O Teatro Municipal, que possui um excelente auditório e biblioteca foi construído no mesmo período da implantação da educação integral no antigo Colégio Luís Eduardo Magalhães. Esse ambiente que inspirou a mudança do nome da escola. Nesse belo lugar de arte e cultura, foi construído um acesso direto interligando o Centro à escola. Por meio dessa articulação, o Centro de Arte e Cultura se integra ao Centro Educacional e vice-versa, tecendo uma grande teia em que educação, arte e cultura local se confundem.

Desta maneira, a união de espaços — escola, centro de arte, cultura e biblioteca — seria vazia se a concepção de educação integral integrada não fosse, cotidianamente, cultivada. Os diversos projetos pedagógicos, artísticos e culturais dão vida ao teatro e o teatro dá vida aos projetos educativos.

Hoje, o CEAC é uma escola admirável, mas foi preciso ajustar muitas coisas, e muitas outras, certamente, precisaremos fazer. Faremos isso de forma articulada, trazendo a cada dia outros setores da sociedade para dividir com a escola a responsabilidade por um projeto de sociedade que reconhece, na formação humana integral, o direito de aprender a ler, escrever, contar e calcular; mas também de acessar o campo da arte e do esporte, conviver e participar do direito de estar nos diversos espaços da sociedade. Nesse contexto, consolidamos a educação de qualidade como direito.

Importante destacar que a experiência com a política municipal de educação integral em tempo integral de Urandi assegura 37 horas semanais. Realiza, semanalmente, planejamento pedagógico coletivo, articulando professores, coordenadores pedagógicos e educadores dos diversos setores que desenvolvem atividades no contexto da arte, cultura e esporte, além de apoio nas orientações de estudos.

Em nossa proposta, os estudantes chegam às 7h00 e retornam às 15h40 durante quatro dias na semana; na sexta-feira, são liberados às 12h. São asseguradas três refeições diárias, com boa aprovação dos estudantes, professores e educadores. Além de reuniões e rodas de conversa, aplicamos questionários no formato do Google Forms duas ou três vezes ao ano como estratégia de escuta, monitoramento e avaliação. Observamos que o rendimento dos alunos/as em proficiência matemática e língua portuguesa têm evoluído e, por fim, a escola superou o contexto de conflitos, indisciplina, desânimo e descrédito.

Esse é um cenário que muito nos inspira e motiva a seguir pensando, atuando e construindo um trabalho ancorado na perspectiva da intersetorialidade e articulação em rede. Para todos/as, com todos/as e por todos/as.

4 Considerações finais

Este relato teve como objetivo analisar as práticas intersetoriais e os processos de articulação em rede desenvolvidos na implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral em Urandi – BA. Durante esta narrativa, evidenciamos como a política de educação integral em tempo integral vem transformando a escola pública em Urandi,

através do reconhecimento do sujeito enquanto transformador social de sua realidade. Para além disso, dignificando o estudante em todas as suas dimensões.

No decorrer do texto, buscamos demonstrar como essa política se configura como uma estratégia de mudança da escola pública, por meio da valorização dos sujeitos, da escuta ativa, da corresponsabilidade, da amorosidade, da dignidade, oportunidades e da tensão entre diferentes pastas das secretarias.

As experiências inspiradoras descritivas — como a revitalização e ressignificação do Colégio Luís Eduardo Magalhães no CEAC, a parceria entre as Secretarias de Assistência Social, Cultura, Saúde e Esporte, e a conexão dos espaços formativos, como o Teatro Municipal — confirmam que a educação integral só se concretiza quando há intencionalidade pedagógica, vontade política e compromisso coletivo. A reorganização dos tempos escolares, o investimento em formação continuada, a construção de vínculos com as famílias e o planejamento integrado entre os setores revelam-se como dimensões essenciais para a consolidação dessa proposta.

O município de Urandi nos mostra que é possível à ruptura de lógicas fragmentadas e punitivistas, apostando numa escola que acolhe, escuta, forma e transforma. A melhoria nos indicadores de aprendizagem, a superação de conflitos e o fortalecimento do sentimento de pertencimento entre estudantes e educadores/as confirmam que uma política construída com base na intersetorialidade pode produzir efeitos concretos na vida cotidiana da escola e da comunidade. Seguimos, portanto, com a obrigação ética e política de defender uma educação laica, pública de qualidade, integral em tempo integral, ancorada na formação humana integral — para todos/as, com todos/as e por todos/as.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: Imagens e auto-imagens**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Brasília: MEC/SEB, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 26 jul. 2025.

CAMPOS, Rosângela. Educação Integral: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2010.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Educação integral: mais tempo na escola, para quê? São Paulo: Instituto Alana, 2022. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/especiais/educacao-integral-mais-tempo-na-escola-para-que/. Acesso em: 27 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 70. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo demográfico de 2022: população de Urandi – BA. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/. Acesso em: 26 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MOLL, Jaqueline. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos.** São Paulo: Moderna, 2012.

MOLL, Jaqueline. **Educação Integral e o compromisso com a formação humana**. In: MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos.** Porto Alegre: Penso, 2012. p. 13-36.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/. Acesso em: 26 jul. 2025.

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS). **Política Nacional de Assistência Social. Brasília**: MDS, 2012.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

URANDI (BA). Prefeitura Municipal. **Decreto nº 065, de 17 de outubro de 2022**. Institui a Política de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito do Ensino Fundamental. Urandi: Prefeitura Municipal, 2022.

URANDI (BA). **Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 358, de 28 de setembro de 2023**. Dispõe sobre a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral e dá outras providências. Urandi: Prefeitura Municipal, 2023.